

TERRENO DE MEMÓRIA, LUGAR DE RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA EM UM ESTUDO EM FARO/PARÁ.

HOMELAND OF MEMORY, PLACE OF RESISTANCE: REFLECTIONS ON MEMORY IN A STUDY IN FARO/PARÁ

Joândreo Batalha Campos¹
Tatiana de Lima Pedrosa Santos²

RESUMO: Este texto propõe uma reflexão sobre a memória como eixo central de uma pesquisa com mulheres no município de Faro, no Pará. A partir de uma entrevista com uma moradora local, discutimos como a abordagem da memória — influenciada pelo “senso comum erudito” de Pierre Bourdieu (2010) e pelos obstáculos da prática científica apontados por Gaston Bachelard (2005) — pode se tornar tautológica. Ao romper com esses pressupostos, buscamos evidenciar outras possibilidades analíticas, como a concretização da memória pela entrevistada e a leitura de seu entorno como um lugar de memória, segundo Pierre Nora (1993). Também refletimos sobre como sua narrativa pode operar como resistência e expressão de contracolonizações, conforme Antônio Bispo dos Santos (2015). A pesquisa se baseia na metodologia da história oral, ancorada no campo da História, mas estabelece diálogos interdisciplinares para ampliar a compreensão sobre memória e prática científica.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Pressupostos; Fazer Científico; Terreno; Faro.

ABSTRACT: This text proposes a reflection on memory as a central axis of a study conducted with women in the municipality of Faro, in the state of Pará, Brazil. Based on an interview with a local resident, we discuss how the approach to memory—shaped by Pierre Bourdieu's (2010) notion of “scholarly common sense” and the epistemological obstacles identified by Gaston Bachelard (2005)—can become tautological. By breaking with these assumptions, we seek to highlight other analytical possibilities, such as how the interviewee materializes memory and how her surroundings can be interpreted as a site of memory, following Pierre Nora (1993). We also reflect on how her narrative may serve as a form of resistance and a lens for thinking about counter-colonial processes, as proposed by Antônio Bispo dos Santos (2015). The research is grounded in oral history methodology, anchored in the field of History, while engaging in interdisciplinary dialogue to broaden the understanding of memory and scientific practice

KEYWORDS: Memory; Assumptions; Scientific Practice; Territory; Faro.

¹ Mestrando em Ciências Humanas (UEA). Universidade do Estado do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1465-2673> Email: jbc.mic24@uea.edu.br

² Doutorado em História (PUC-RS). Universidade do Estado do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4642-0444> Email: tatixpedrosa@yahoo.com.br



10.23925/2176-4174.35.2025e72437

Recebido em: 09/07/25.

Aprovado em: 07/08/25.

Publicado em: 07/08/25.

Introdução

Um trabalho de memória é uma das formas pelas quais definimos a pesquisa que desenvolvemos no mestrado³, sobretudo por entendermos a memória como o foco central do nosso estudo e a base essencial para refletir as trajetórias das mulheres que protagonizam nossa investigação, realizada no município de Faro, no estado do Pará⁴.

Para conduzirmos essa pesquisa, foi necessário refletir profundamente sobre a natureza dessas memórias dentro das especificidades do contexto estudado, bem como a melhor forma de abordá-las, especialmente no que diz respeito à oralidade, meio pelo qual elas nos foram acessíveis. Nesse sentido, este artigo se apresenta como um desdobramento dessas reflexões, concentrando-se na entrevista realizada com uma de nossas colaboradoras, a quem atribuímos o nome fictício de *Senhora das plantas*⁵.

Com base em noções indicativas dos cuidados necessário para o fazer científico presentes nos trabalhos de Gaston Bachelard (2005)⁶ e Pierre Bourdieu (2010)⁷, buscamos, ao analisar as memórias dessa mulher, romper com ideias pré-

³ Intitulado *A encruzilhada do silêncio: um estudo sobre experiências religiosas de mulheres silenciadas no município de Faro (Pará)* é um projeto de pesquisa que estar sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

⁴ Faro é um município brasileiro, no estado do Pará, banhado pelo rio Nhamundá, inserido na região do Baixo Amazonas. Seu território faz divisa com os municípios de Nhamundá (Amazonas) e Terra Santa (Pará), estando a 9.187.164,00 km de distância da capital do estado, Belém. Informações disponíveis em: <https://faro.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>, acesso em 01/04/2024.

⁵ Optamos por resguardar os nomes reais de nossas colaboradoras, a fim de minimizar a exposição de seus nomes, considerando a natureza estigmatizante que pesa sobre a nossa pesquisa do mestrado e seus temas, a exemplo da feitiçaria.

⁶ Em *A formação espírito científico*.

⁷ Em *O poder simbólico*.

concebidas que surgiram nas fases iniciais da pesquisa, momento que começávamos a nos deparar com suas narrativas, para então evidenciar as novas possibilidades interpretativas que emergiram ao nos afastarmos de um saber acadêmico cristalizado.

A metodologia que fundamenta este texto, assim como toda a nossa reflexão, é a história oral. No texto *Histórias dentro da história*, Verena Alberti (2008) afirma que a história oral é tanto uma metodologia de pesquisa quanto uma forma de produção de fontes, por meio da qual há a “realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (Alberti, 2008, p. 155). Utilizando esse método, desde o ano de 2022 realizamos entrevistas com moradores da cidade de Faro-PA, especialmente com mulheres, respeitando o recorte de gênero que orienta nosso estudo⁸.

Entre esses depoimentos, destacamos aqui a entrevista com a *Senhora das plantas*, gravada no dia 19 de abril de 2023, em sua casa — mais precisamente, em seu terreno, um espaço repleto de plantas, em sua maioria medicinais, o que justifica o nome fictício que adotamos. A colaboradora tinha 59 anos na data da entrevista, era nascida em Faro-PA e morava no bairro Morumbi, um dos cinco bairros oficiais do município.

Nossa análise emerge, em especial, das fases de construção e desconstrução da pesquisa, ainda no primeiro semestre do mestrado, quando tivemos contato com o livro *A formação do espírito científico*, de Gaston Bachelard (2005). Nesse livro, o autor alerta para o que considera o primeiro obstáculo do pensamento científico: as opiniões primeiras. Para Bachelard, uma reflexão verdadeira exige superar essas primeiras impressões, pois:

A opinião pensa mal; não pensa: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado. (Bachelard, 2005, p. 18)

A partir dessa perspectiva, ao revisitarmos a transcrição da entrevista com a *Senhora das plantas*, percebemos que nossas interpretações iniciais estavam atravessadas por pre-conceitos já estabelecidos. Isso se evidenciou, por exemplo, quando ela afirmou não ter nada escrito, conservando seus conhecimentos apenas

⁸ Esta delimitação refere-se a natureza de nossa pesquisa de mestrado, visto que trabalhamos com as memórias orais de um lugar que é adjetivado na oralidade da região como a *terra da feitiçaria*. Por isso, ao pensar essa estigmatização, priorizamos as memórias femininas dessa cidade, visto que este grupo é historicamente mais vulnerável a esses processos taxativos de práticas culturais e sociorreligiosas não hegemônicas.

na memória oral. Foi justamente a partir dessa declaração que iniciamos a discussão proposta neste artigo.

Quando a colaboradora nos disse nunca ter registrado por escrito seus saberes e confiar à memória o papel de guardião desse conhecimento, fomos tomados por duas ideias que se entrelaçavam e que, acreditamos, por algum tempo travaram nosso pensamento científico.

Esses dois pressupostos assumidos inicialmente como verdades tinham natureza pré-estabelecida — conceito que nos amparamos nas análises de Pierre Bourdieu (2010), em *O poder simbólico*. Ao entrelaçarmos essa noção do "pré-concebido", segundo Bourdieu, com o conceito de *opinião primeira* de Bachelard (2005), percebemos que tais pressupostos estavam alinhados a concepções dominantes oriundas do meio acadêmico de onde viemos.

Às vezes, uma ideia dominante polariza todo o espírito. Um epistemólogo irreverente dizia, há vinte anos, que os grandes homens são úteis à ciência na primeira metade de sua vida e nocivos na outra metade. O instinto formativo é tão persistente em alguns pensadores, que essa pilharia não deve surpreender. Mas, o instinto formativo acaba por ceder a vez ao instinto conservativo. Chega o momento em que o espírito prefere o que confirma seu saber àquilo que o contradiz, em que gosta mais de respostas do que de perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar, e cessa o crescimento espiritual. (Bachelard, 2005, p. 19)

Assim, quando a *Senhora das plantas* afirmou que não escrevia seus saberes, inclinamo-nos a pensar que ela teria algo anotado, mas talvez não quisesse compartilhar. Em seguida, mesmo aceitando a possibilidade de que realmente não tivesse registros escritos, interpretamos esse fato como uma sinalização de que sua memória oral ainda não havia se transformado em memória escrita.

Compromissados em romper com essas ideias dominantes, por vezes apenas instrumentalizadora de estudos tautológicos, buscamos neste texto evidenciar essa nossa busca em se desvincilar dos *pré-defenidos* e nos retirarmos das sombras do *senso comum douto*. Para então alcançar as possibilidades que emergem ao rompermos com essas estruturas.

Pré-concebendo o fazer do outro

O livro *A formação do espírito científico*, de Gaston Bachelard (2008), teve papel essencial nas reflexões que desenvolvemos em torno do nosso objeto de estudo: as memórias. Isso se deve ao fato de que o autor nos chama a atenção para

a estagnação e o caráter tautológico que o pensamento científico pode adquirir quando os pesquisadores não conseguem desvincular suas análises e críticas das ideias formadas a partir de suas impressões iniciais.

Segundo Bachelard (2008), um dos primeiros entraves ao desenvolvimento do espírito científico é justamente a experiência inicial, aquela que se estabelece antes ou acima da crítica — sendo esta última uma dimensão fundamental do pensamento científico. Para o autor, como a crítica não atua de maneira direta nesse momento inicial, a experiência primeira não constitui uma base segura de conhecimento.

A ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se, em deter minada questão, ela legitimar a opinião, é por motivos diversos daqueles que dão origem à opinião; de modo que a opinião não está, de direito, sempre errada. (Bachelard, 2008, p. 18)

Desta forma, o autor demonstra com diversos exemplos a fragilidade dessas ideias inaugurais, posicionando-se claramente contra uma filosofia que se ancora em um sensualismo superficial, romantizado ou naturalizado, que tende a considerar os dados perceptivos como evidências claras, seguras e sempre disponíveis à mente. Uma fragilidade que começamos a perceber existir em nossas considerações sobre as memórias de nossas colaboradoras, mas antes de evidenciarmos isto, é necessário apresentar o contexto e a quem pertence as memórias de nossa pesquisa.

Durante nossas conversas com a colaboradora ficticiamente nomeada como *Senhora das plantas*, notamos que ela se encaixava no que Ângela de Castro Gomes⁹ define como uma *guardiã da memória*. Isso se manifestava na maneira espontânea com que ela reconstituía sua trajetória, demonstrando amplo domínio de suas lembranças, como se assumisse a responsabilidade de preservar toda uma biblioteca mental.

Esses diálogos começaram com suas memórias de infância. *Senhora das plantas* nos contou que nasceu em Faro, na década de 1960, mas viveu a maior parte de sua infância na zona rural de Parintins (AM), sob os cuidados de sua avó materna, uma mulher que realizava práticas culturais e religiosas, sendo reconhecida pela neta como uma curandeira. Foi nesse período que ela desenvolveu seu gosto pelo cultivo de ervas e plantas medicinais, influenciada pelas ações da avó. Em suas palavras,

⁹ Este é um termo adotado por Ângela de Castro Gomes, em *A guardiã da memória*, ao tratar da forma como Alzira Vargas, filha de Getúlio, assumia a responsabilidade guardar as memórias de seu pai e de sua família, conforme a autora, essa mulher assumia a “tarefa de guardar uma memória que ela entendia como vital para si e para os outros” (Gomes, 1996, p. 15).

esse cultivo remetia ao "tempo da minha vó, que veio de dom. Minha mãe gostava muito de planta".

Ao compartilhar essas memórias, parecia que ela acessava episódios muito recentes, como se estivesse lendo anotações ainda frescas em sua mente. Isso nos causou encantamento e, ao mesmo tempo, despertou curiosidade sobre sua capacidade de lembrar de tantas informações.

Em determinado momento da entrevista, perguntamos se ela havia registrado esse conhecimento — especialmente as práticas relacionadas às plantas e aos remédios — em algum caderno ou documento. Nossa pergunta tinha o intuito de possibilitar o acesso a algum material escrito. No entanto, sua resposta foi direta: “anotar não”¹⁰.

Como pesquisadores inseridos no ambiente acadêmico, estamos habituados a considerar a escrita como um recurso fundamental para reter informações, lidar com o esquecimento e assim garantir a conservação de conhecimento. Contudo, essa forma de materialização não é universalmente adotada. No contexto colonial, inclusive, a escrita se impôs como uma forma violenta e ocidentalizante, que deslegitimou modos outros de registrar e preservar saberes.

Dessa maneira, assumir que todos os povos e culturas utilizam a escrita como meio de fixar memórias é adotar um ponto de vista colonial e eurocêntrico. Para nós, pesquisadores, esse entendimento representa a persistência de um olhar institucionalizado da academia sobre grupos que se utilizam de outras formas de resguardo da memória.

Foi nesse ponto que compreendemos o quanto nossa interpretação — de que *Senhora das plantas* deveria ter produzido registros escritos — refletia uma perspectiva enraizada em um *senso comum erudito*, como nomeia Pierre Bourdieu em *O poder simbólico*:

Contudo, construir um objeto científico é, antes de tudo, romper com o senso comum — isto é, com representações compartilhadas socialmente, estejam elas presentes no cotidiano ou legitimadas pelas instituições, e, portanto, tanto na organização social quanto nas estruturas mentais. (Bourdieu, 2010, p. 34).

¹⁰ Resposta dada na entrevista realizada com *Senhora das plantas*, no dia 19 de abril de 2023.

Ao estarmos tomados por esse senso comum, reforçado, muitas vezes, pela própria academia, limitamos nosso pensamento e caímos em uma leitura etnocêntrica da realidade.

Assim, considerávamos praticamente inconcebível que *Senhora das plantas* jamais tivesse feito registros escritos. Inicialmente, pensamos que ela teria sim anotado, mas talvez não quisesse compartilhar esse material. Esse pensamento nos levou a questionar a possível negação de acesso por parte da colaboradora, partindo da certeza de que ela deveria ter produzido algo por escrito.

Como nossa abordagem metodológica se fundamenta na história oral, fomos conduzidos a refletir sobre essa possível recusa, como orienta Verena Alberti (2008), ao destacar a importância de os pesquisadores da oralidade estarem atentos às omissões e silêncios durante as entrevistas. No nosso caso, essa escuta deveria voltar-se para as razões pelas quais *Senhora das plantas* não teria interesse em compartilhar registros escritos.

No entanto, ao interpretar sua negativa (“anotar não”) como uma recusa, estávamos impondo nossos próprios referenciais e modos de *fazer memória* à colaboradora. Foi necessário, então, romper com essa *opinião primeira* assentada sobre um *senso comum duto*, nos termos de Bachelard (2005) e de Bourdieu (2010).

Para isso, foi fundamental que nos olhássemos também enquanto pesquisadores. Bourdieu (2010) adverte que, uma “prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz” (Bourdieu, 2010, p. 35).

Dessa maneira, ao nos permitirmos esse exercício autorreflexivo, tanto neste artigo quanto em outras etapas da pesquisa, buscamos romper com as pré-noções e o senso comum erudito, abrindo novas possibilidades de interpretação, inclusive em relação à simplicidade, porém potente, resposta de um “anotar não”.

Memória oral e escrita: outras possibilidades

Antes de abordarmos o que julgamos ter conquistado ao romper com pressupostos iniciais em nossa análise das memórias de *Senhora das plantas*, é importante destacar outro aspecto que influenciou nossas reflexões: a tendência à generalização no fazer científico, algo que Gaston Bachelard (2005) identifica como um obstáculo ao desenvolvimento do pensamento científico.

No capítulo *O conhecimento geral como obstáculo ao conhecimento científico*, Bachelard discute como o espírito científico pode ser paralisado quando se cede à tentação de explicar um fenômeno por meio de uma lei geral. Segundo ele:

a ciência do geral sempre é uma suspensão da experiência, um fracasso do empirismo inventivo. Conhecer o fenômeno geral, valer-se dele para tudo compreender, não será, semelhante a outra decadência. (Bachelard, 2005, p. 69)

Esse pensamento se conecta diretamente ao nosso objeto de pesquisa. Depois de superarmos a pré-noção de que *Senhora das plantas* deveria possuir registros escritos, passamos a imaginar que sua memória oral ainda não havia se transformado em memória escrita — o que nos levou a uma perspectiva generalizadora sobre a memória, uma abordagem recorrente no campo da História.

O historiador francês Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*, uma das mais relevantes na historiografia sobre o tema, discute a transição entre memória oral e escrita a partir de uma abordagem que tende à linearidade. Em especial, isso se evidencia na seção intitulada *O desenvolvimento da memória: da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade*.

Embora Le Goff (1990) não pretenda impor uma evolução rígida ou hierárquica à memória, sua análise sobre a forma como sociedades antigas passaram da oralidade para a escrita, de maneira complexa e refletida socialmente, ainda assim reforça uma visão ocidentalizante.

Isso ocorre ao tratar essa transformação como uma etapa de desenvolvimento que estabelece, indiretamente, uma suposta superioridade das sociedades com escrita em relação às que não a utilizam. Tal visão se evidencia na citação que ele faz de Leroi-Gourhan:

Para Leroi-Gourhan, a evolução da memória, ligada ao aparecimento e à difusão da escrita, depende essencialmente da evolução social e especialmente do desenvolvimento urbano: “A memória coletiva, no início da escrita, não deve romper o seu movimento tradicional a não ser pelo interesse que tem em se fixar de modo excepcional num sistema social nascente. Não é pois pura coincidência o fato de a escrita anotar o que não se fabrica nem se vive cotidianamente, mas sim o que constitui a ossatura duma sociedade urbanizada, para a qual o nó do sistema vegetativo está numa economia de circulação entre produtos, celestes e humanos, e dirigentes. A inovação diz respeito ao vértice do sistema e engloba seletivamente os atos financeiros e religiosos, as dedicatórias, as genealogias, o calendário, tudo o que nas novas estruturas das cidades não é fixável na memória de modo completo, nem em cadeias de gestos, nem em produtos” [1964-65, pp. 67-8 apud LE GOFF, 1990, p. 434]

Trata-se de uma leitura pertinente às sociedades antigas abordadas por Le Goff (1990), mas que não pode ser aplicada indiscriminadamente a outros contextos. Como Bachelard (2005) nos alerta, tomar esse tipo de análise como regra geral limita a compreensão de outras formas de organização social e cultural.

Nossa reflexão, portanto, não desconsidera a relevância do trabalho de Le Goff (1990), cuja contribuição ao entendimento histórico da memória é inegável, especialmente nas estruturas sociais ocidentais. Contudo, seu prestígio acadêmico tende a consolidar suas ideias como parâmetros universais, ofuscando outras formas possíveis de compreender a memória em outras sociedades.

É nesse ponto que nossa reflexão se intensifica. Considerar que, em Faro/PA, onde a oralidade é predominante, ainda ocorrerá uma transição inevitável para a escrita é uma suposição apressada e centrada em valores eurocêntricos. Esse tipo de generalização impede outras leituras possíveis desse universo cultural.

Ao não nos inclinarmos facilmente a essa generalização, isto é, de que a memória oral *ainda* vai evoluir para a escrita, nos tornamos mais sensíveis à possibilidade de que a memória ali se materialize de formas próprias, singulares àquele contexto.

Se existe uma transição em curso, ela ocorre em nós, pesquisadores, que traduzimos, interpretamos e registramos academicamente as memórias dessas mulheres, neste caso, as de *Senhora das plantas*. Essa produção, contudo, destina-se sobretudo aos leitores de fora desse universo cultural, ou seja, àqueles que não compartilham da lógica onde a oralidade ainda rege os modos de saber e de comunicar.

Na obra *Amazônia: apontamentos de história oral*, Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (2020) observam que “a história dos povos da Amazônia é a história de sua oralidade, que se encontra presente até hoje e que aos poucos vai dando amostras de sua presença e vitalidade” (Freitas Pinto, 2020, p. 8). Essa persistência da oralidade, mesmo diante da imposição colonial da escrita, é algo que se revela nas falas de *Senhora das plantas*.

Por exemplo, quando perguntamos a ela sobre sua infância, mencionou o analfabetismo generalizado de sua família, e como, por isso, seus pais incentivaram que as crianças aprendessem a ler e escrever:

Naquela época, meu filho, não era como hoje que as pessoas sabe ler, sabe escrever, naquela época existia muita gente analfabeta, a minha vó era

analfabeta, a minha mãe era analfabeta, meu pai era analfabeta. Toda a família era analfabeta. Então, por que nós eles, procuravam jogar nós com as pessoa pra estudar um pouquinho. Que era quando nós crescesse não poderia se formar, mas já sabia ler e escrever.¹¹

Mesmo tendo se alfabetizado, *Senhora das plantas* continua a valorizar a oralidade como via principal de transmissão de seus saberes. Quando recorre à escrita, é apenas como meio de comunicação com quem busca sua ajuda, não como forma de preservar ou perpetuar seus conhecimentos. Ela menciona, por exemplo, que uma entidade espiritual (o “caboco”) a incorpora para ensinar sobre curas: “*Eles ensina remédio por mim, aí eles que copiam.*”¹²

Dessa forma, o que queremos evidenciar é que essa mulher não subordina sua memória à escrita. Seu uso da alfabetização é funcional e voltado à comunicação, não à conservação do saber. Para nós, pesquisadores, compreender essa lógica sem impor nossa visão sobre como a memória deve ser registrada é um exercício desafiador, especialmente porque a próprio campo da História, a qual pertencemos, durante muito tempo, associou o início da história à invenção da escrita. Sociedades ágrafas, nessa perspectiva, seriam destituídas de história.

No artigo *Dando Voz à Resistência: a Importância da Oralidade nos Meios Acadêmicos*, Ana Carolina da Silva, Poliene Soares dos Santos Bicalho e Wisley Micael Soares da Silva (2024) analisam como a oralidade dos povos indígenas das Américas foi marginalizada em relação à tradição escrita ocidental.

Dessa forma, os autores apontam que, com o avanço científico e industrial, passou-se a exigir registros escritos como única forma válida de conhecimento, desvalorizando quaisquer outras expressões de memória ou realidade:

Assim sendo, o novo ambiente científico e industrial passava a exigir registros palpáveis de cada aspecto do mundo, renegando e descredibilizando quaisquer formas de perceber a realidade que destoasse desses parâmetros; uma forma de controle silenciosa e eficiente, que, em um avanço despreocupado, acaba por gerir o todo em favor daqueles que melhor se apoderam das narrativas históricas, convertendo-as em suas inúmeras necessidades (Silva; Bicalho; Silva, 2024, p. 06)

Embora a historiografia contemporânea venha problematizando esse olhar etnocêntrico, ainda persiste a hierarquização entre oralidade e escrita, sobretudo

¹¹ Trecho retirado da entrevista realizada com Senhora das plantas no dia 19 de abril de 2023.

¹² Trecho retirado da entrevista realizada com Senhora das plantas no dia 19 de abril de 2023.

quando acadêmicos voltam seus olhares a regiões como a Amazônia, onde a oralidade ainda estrutura as formas de existência e memória.

A história da Amazônia, como lembram Pinto, Puga e Pedrosa (2020), é oral. A memória que sustenta esse passado não está limitada ao que foi vivido no passado distante, mas a experiências continuamente atualizadas no presente. Como Pierre Nora (1994) nos faz inferir, trata-se de uma memória viva, que ainda não foi transformada em história escrita.

Acreditar em uma transição inevitável da oralidade para a escrita, como sugerem algumas leituras de Le Goff (1990), reforça uma lógica colonizadora de antes e depois, inferior e superior. Ao conversarmos com mulheres como *Senhora das plantas*, fica evidente que a escrita não ocupa papel central em suas vidas.

Nesse sentido, se essas mulheres acessaram a escolarização, talvez devamos considerar, como hipótese: o “não escrever” pode ser uma forma de resistência, mesmo que inconsciente, à lógica colonizadora que impõe a escrita como única via legítima de conservar a memória? E sim, existe outra forma de materializar a memória que não siga os moldes da tradição ocidental?

Terreno de memória: “A onde a gente tinha terreno, a gente plantava”¹³

Todo o percurso que trilhamos ao conversar com a *Senhora das plantas* foi marcado pela tentativa de romper com uma lógica evolucionista, etnocêntrica e eurocêntrica da memória. Em diversas ocasiões, foi necessário retornar a caminhos já explorados, reconsiderar direções e revisar equívocos cometidos. Acreditamos que esse movimento nos conduziu a uma forma mais sensível de lidar com suas memórias, permitindo-nos acessar um campo de significados que a escrita, por si só, não contempla.

O afastamento de uma visão erudita cristalizada, assim como dos entraves apontados por Bourdieu (2010) e Bachelard (2005) sobre o fazer científico, nos abriu a possibilidade de enxergar as memórias de nossa colaboradora com menos pressupostos e com maior escuta. Algumas dessas possibilidades serão destacadas neste artigo, embora a análise mais ampla e aprofundada esteja reservada à nossa dissertação de mestrado.

¹³ Trecho da entrevista realizada com *Senhora das plantas* no dia 19 de abril de 2023.

Uma das primeiras compreensões que emergem desse distanciamento de uma visão ocidental e eurocentrada é a percepção de que as formas de registrar memórias de *Senhora das plantas* podem seguir caminhos distintos. Em vez de utilizar cadernos, percebemos que ela inscreve seus conhecimentos e lembranças em seu terreno, transformando-o em uma espécie de *escrita viva*.

Nesse sentido, o local onde realizamos a entrevista, além de ser um lugar de convívio, pode ser interpretado como uma *biblioteca viva*, pulsante de saberes e lembranças. Essa reflexão se ampara na proposta de Pierre Nora (1993) sobre os lugares de memória, em que tais espaços se constituem como formas de resistência ao esquecimento e preservação do passado. Para o autor:

Os lugares de memórias são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, o mais jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. (Nora, 1993, p. 12)

Ao nos abrirmos para essa forma particular de materialização da memória, acessamos um campo amplo de possibilidades reflexivas sobre a relação entre a *Senhora das plantas* e seu ambiente. É possível, inclusive, que esse espaço cultivado por ela se enquadre na noção de lugar de memória, como proposto por Nora (1993), já que sua função é, nas palavras do autor, “parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento” (Nora, 1993, p. 22). Visto que,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários (...), porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (Nora, 1993, p. 13)

Sentimento que percebemos no vínculo existente entre a colaboradora e as plantas — e, por extensão, com os lugares de cultivo — perpassa toda a sua trajetória de vida. Ela nos relatou que, mesmo nos diversos locais por onde passou antes dos 30 anos, como da fazenda de sua avó até Faro/PA e, posteriormente, para

Nhamundá/AM¹⁴, o hábito de plantar sempre foi mantido: “A onde a gente tinha terreno, a gente plantava”¹⁵.

Aos 30 anos, ela adquiriu um lote em Faro/PA, onde construiu sua moradaria e passou a inscrever ali suas memórias e conhecimentos. Para ela, o cultivo não representa um simples passatempo, mas sim um modo de preservar as lembranças que a acompanham em seus deslocamentos ao longo do tempo e do espaço. Como afirma ao ser questionada sobre quando começou a resguardar seu saber sobre as plantas: “É, da minha infância”¹⁶.

As plantas que compõem o terreno da *Senhora das plantas* podem parecer, à primeira vista, elementos decorativos, como a reprodução de um jardim. No entanto, para ela, é um território de saberes que acumulou ao longo da vida: “Aquelhas plantas que são mais necessárias, essas que eu cuido, porque eu sei que elas servem pra remédio”¹⁷.

Essas lembranças se fixam e se enraízam através do cultivo, o que nos remete a práticas herdadas de sua mãe e avó, como revela: “tempo da minha vó, que veio de dom. Minha mãe gostava muito de planta”¹⁸. Além disso, poderíamos pensar nessas práticas como possivelmente parte de uma tradição indígena silenciada pela colonização, povos que, antes da ocupação europeia, habitavam a região onde hoje está Faro/PA.

No estudo *Memórias e saberes nos quintais agroflorestais amazônicos*, Araújo, Sousa e Ramos (2018) apontam que os quintais — áreas ao redor das moradias — estão intrinsecamente relacionados ao saber ecológico tradicional, transmitido de geração em geração por meio da memória biocultural. Conforme os autores, esses locais e seus usos foram reprimidos de forma violenta ao longo da colonização.

Neste processo, as populações e comunidades tradicionais, foram obrigadas a abandonar muitos de seus hábitos imemoriais, costumes e saberes para assimilar a cultura dos brancos, incorporando o sistema simplificado de produção agrícola, sistematizado geometricamente, capaz de produzir excedente de produção vegetal e animal. (Araújo, Sousa, Ramos, 2018, p. 2)

Durante a colonização, as comunidades tradicionais foram forçadas a abandonar práticas ancestrais, substituindo-as por modelos agrícolas sistematizados,

¹⁴ Nhamundá é o município vizinho de Faro, situado no estado do Amazonas.

¹⁵ Trecho da entrevista realizada com *Senhora das plantas* no dia 19 de abril de 2023.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*.



voltados ao excedente produtivo, segundo os moldes dos colonizadores (Araújo, Sousa, Ramos, 2018, p. 2). Tal imposição se intensificou com as políticas pombalinas do século XVIII, que marcaram a transição da agricultura extrativista para um modelo agrícola subordinado.

Esse contexto histórico impactou diretamente Faro-PA. No século XIX, o naturalista João Barbosa Rodrigues relata que, com o fim dos diretórios indígenas, a organização social local sofreu um declínio, resultando no abandono e fuga dos indígenas:

No tempo dos governadores floresceu este torrão, teve lavoura e teve industria ; porém depois a ambição dos directores, no tempo do Directorio criado pela lei de 6 de Junho de 1755, revogada em 1798, fez com que os indios fugissem e fosse decahindo sua prosperidade a ponto de chegar ao estado em que esta hoje. (Rodrigues, 1875, p.19)

Estabelecendo um paralelo entre os quintais indígenas do período colonial e o espaço cultivado por *Senhora das plantas*, podemos vislumbrar uma resistência cultural que persiste. Isso nos leva a indagar: o terreno da *Senhora das plantas*, além de um lugar de memória, poderia ser também um espaço de resistência? Bem, articularemos isso em alguma medida na próxima seção.

O que já podemos afirmar é que, ao construir seu terreno, ela edifica um microuniverso de saberes sobre plantas, consolidando um lugar de memória. Esse saber é reconhecido pelos moradores de Faro/PA e por pessoas de outras localidades que vêm em busca não apenas das plantas, mas também dos conhecimentos que ela carrega: “Vem gente de Manaus, de Parintins, de Nhamundá, porque eles não encontra planta, eles venho aqui. Se tiver aqui, eles levam”.¹⁹

Ainda que a busca aparente ser pelas plantas, entendemos que o verdadeiro valor está nos saberes que as acompanham, saberes que são inseparáveis da memória da *Senhora das plantas*, e que merecem ser analisados com mais profundidade em outra ocasião.

Contra-colonizações: resistência territorial, identitária

Ao evidenciar essa memória que aparenta ainda escapar da *aceleração histórica*, como já pontuamos anteriormente a partir de Nora (1993), também indicamos a possibilidade de pensar como isso pode ser tomada como um objeto de

¹⁹ Trecho da entrevista realizada com *Senhora das plantas* no dia 19 de abril de 2023.

reflexão de *contra-colonizações*, termo cunhado pelo filósofo Antônio Bispo dos Santos (2015), em *Colonização, quilombos, modos, significados*.

Para autor, existem formas de se opor e destruturar a máquina colonial que dominou e domesticou às ancestralidades indígenas e negras afro diásporas no Brasil. Nesse sentido, nas palavras do autor, contra-colonizar são:

os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. (Santos, 2015, p. 48)

Nesse sentido, a partir da memória e o lugar constituído por *Senhora das plantas*, vislumbrarmos a meditação de certas *contra-colonizações* ou resistências, percebidas em seus relatos. Ou seja, a possibilidade de compreensão desse terreno não apenas como um lugar de memória, mas como um território de resistência cultural e identitária de uma ancestralidade afro e indígena que resiste a domesticação do espaço.

No estudo intitulado *Os Terreiros de Candomblé como representação da memória e identidade nacional afro-brasileira*, a pesquisadora Márcia Ferreira Neto (2012) analisa os terreiros situados no Rio de Janeiro, revelando-os como "micros universos daquilo que eles tinham no continente africano, só que em regiões diferentes" (p. 5). Conforme a autora,

as comunidades de matrizes religiosas afro-brasileiras, o patrimônio imaterial, é uma fonte de identidade e carregam a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes ações globalizadas, a revitalização e a reinvenção das culturas tradicionais e populares asseguram à sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade terreiro, contribuindo para o alcance de um mundo plural. (Netto, 2012, p. 3).

Haveria a possibilidade de meditar o terreno de Senhora das plantas como Neto (2012) reflete os terreiros de candomblé, associado a um processo de reconstrução que remeta às práticas e costumes dos povos indígenas que ocuparam o município antes e durante a colonização?

Por enquanto, consideramos que afirmar categoricamente *sim* ou *não* reduziria a complexidade das discussões que essa reflexão pode suscitar. Além disso, essas

indagações levantam questões mais amplas, que extrapolam os limites deste artigo, mas nos realizamos em vislumbrar esse novo horizonte a ser alcançado.

Dentre outras formas de compreender este lugar produzido por *Senhora das plantas* como território de resistência, poderíamos ainda suscitar uma reflexão sobre a nomenclatura utilizada por *Senhora das Plantas* para nomear este lugar.

Durante a entrevista, utilizei o termo *quintal* para me referir a este lugar. No entanto, posteriormente percebi que a *Senhora das Plantas* não emprega essa palavra, preferindo chamá-lo de terreno. Essa diferença na forma de nomear o lugar só se tornou evidente para nós durante a elaboração de trabalhos acadêmicos. Mas será que essa distinção poderia ter, de fato, algum significado?

Segundo o *Mini Aurélio – século XXI*, o vocábulo *quintal* refere-se a um “pequeno terreno, muitas vezes com jardim ou horta, localizado nos fundos da casa” (Ferreira, 2001, p. 613). Já o termo *terreno*, quando relacionado à terra como adjetivo, é definido como “terra cultivada”. Considerando os significados apresentados, é possível, dependendo do contexto, emplegar ambos os termos como sinônimos.

No entanto, ao investigar a origem etimológica da palavra *quintal*, observa-se que ela vem do latim *quintana*le, significando “pequena quinta (propriedade); terreno com jardim ou horta doméstica, situado atrás ou ao lado de uma casa” (Brito e Coelho, 2000; Nascimento, Silva e Martins, 2003 apud SILVA, 2011, p. 2). Logo, um conceito que não conseguiria dar conta de toda a complexidade que envolve este lugar produzido por *Senhora das Plantas*.

Além disso, conforme apontam Tourinho e Silva (2016), *quintal* foi uma das expressões introduzidas pelos portugueses nas colônias brasileiras como parte do processo de ordenamento e *civilização* dos espaços. Diante disso, meditamos se, quando *Senhora das plantas* escolhe dizer *terreno* em vez de *quintal*, estaria, ainda que inconscientemente, sinalizando uma forma de resistência simbólica por meio da rejeição de um termo colonial.

Ademais, indicamos que, talvez, para um olhar desatento, seja difícil perceber que esses lugares abrigam uma vasta gama de saberes e conhecimentos, funcionando como extensões ou mesmo cristalizações da memória de *Senhora das plantas*. Um saber presente no lugar, mas que não pode ser acessado sem colaboradora, inclusive resultando em prejuízos caso seja utilizado sem suas

instruções. Como nos relata *Senhora das Plantas*, quando nos explicava as especificidades de cada planta, após alguém usá-las sem suas orientações.

Eu disse, é, por que essas plantas aqui, elas coçam. Essas planta aqui são toda fervida. Manjericão, arruda, aquela outra que eu falei dagora, a sândola, essas daí, elas não coçam. Tu pode esfregar na mão e colocar na água, que elas não coçam, não agitam o corpo da gente. Mas essas plantas, comigo-ninguém-pode, aquele olho-gordo que falam, pelo amor de Deus, aquilo coça muito.²⁰

No terreno dessa senhora, assim como nos terreiros de candomblé, um olhar mais atento e livre de etnocentrismo permite identificar uma certa ritualidade, além de práticas de cuidado com plantas que beneficiam tanto o corpo quanto a mente, ao mesmo tempo em que evocam sentidos de pertencimento, identidade e resistência.

Esse lugar também é ponto de encontro, convivência e visitação: crianças que procuram folhas, como relata *Senhora das plantas* em um trecho de nossa conversa, para realizar tarefas escolares; visitantes de municípios vizinhos; além de presenças como *cabocos*, *encantados* e *bichos do fundo*²¹, um aspecto que não será aprofundado neste artigo, mas que merece ser mencionado.

Em suma, este texto serve como uma (auto) reflexão das possibilidades que se tornaram visíveis aos nossos olhos de pesquisadores, conforme abandonamos determinados *sensos comuns* da própria instituição que partimos para estudar o nosso objeto, as memórias, bem como a superação dos obstáculos comuns e viciantes ao saber científico. Por fim, conscientizamos que este artigo é apenas o início, ou melhor, o indicador, de uma discussão ou discussões a serem empreendidas, do que verdadeiramente a discussão propriamente dita.

Considerações finais

O espaço constituído por *Senhora das Plantas* é um dos pontos centrais que utilizamos como referência para refletir sobre as memórias das mulheres que contribuíram com nossa pesquisa. Trata-se de um núcleo que se desdobra em múltiplas direções, percursos que se distanciam e se entrelaçam à medida que avançamos na construção e reconstrução do trabalho. Uma pesquisa que, assim como as memórias, é algo dinâmico e vivido, conforme propõe Pierre Nora (1993).

²⁰ Trecho da entrevista realizada com *Senhora das plantas* no dia 19 de abril de 2023.

²¹ Termos que são evocados por *Senhora das plantas* ao longo da entrevista.

Refletir sobre essa memória exigiu um esforço significativo para romper com o senso comum acadêmico, que ainda perpassa grande parte das produções científicas. Esse padrão de pensamento, embora recorrente na forma como a ciência é concebida, não deve ser tomado como natural, pois corre o risco de inibir a inovação ao nos aprisionar em lógicas circulares.

Por fim, compartilhamos da visão dos professores Pinto, Puga e Pedrosa (2020), de que a oralidade que compõe a Amazônia e seus povos — no nosso caso, elaborada a partir das memórias das mulheres — revela-se cada vez mais vigorosa e expressiva, o que nos impulsiona a valorizar e utilizar essa riqueza em nosso trabalho.

Referências

Fonte oral

Entrevista realizada pelo pesquisador com *Senhora das plantas* no dia 19 de abril de 2023, em sua residência, no bairro do Morumbi.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARAÚJO, Maria Isabel; SOUSA, Silas Garcia Aquino; RAMOS, Evandro de Moraes. Memórias e saberes nos quintais agroflorestais amazônicos. In: **Cadernos de Agroecologia**. Anais. DF: Brasília, vol. 13, n.º 1, Jul. 2018, p. 1-7. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1110077/memorias-e-saberes-nos-quintais-agroflorestais-amazonicos>. Acesso em: 3 de maio de 2024.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro. Contraponto .1996, pp. 10 -102.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13^a ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Maria Baird... (et al.) 5^a ed. Ver. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. Acervo - *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, jan./dez. 1996, p.17-30.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NETTO, Márcia Ferreira. Os Terreiros de Candomblé como representação da memória e identidade nacional afro-brasileira. In: ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em:
https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337721861_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

NETTO, Márcia Ferreira. Os Terreiros de Candomblé como representação da memória e identidade nacional afro-brasileira. In: ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em:
https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337721861_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PINTO, Renan Freitas; PUGA, Lúcia; PEDROSA, Tatiana. Apresentação. In: **Amazônia**: apontamentos de história oral. PINTO, Renan Freitas. PUGA, Lúcia, PEDROSA, Tatiana. (orgs.). AM: Manaus, Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, pp. 7-12.

RAYOL, Breno Pinto; MIRANDA, Izildinha de Souza. Quintais agroflorestais na Amazônia Central: caracterização, importância social e agrobiodiversidade. In: **Ciência Floresta**. RS: Santa Maria, v. 29, n. 4, out./dez. 2019, p. 1614-1629. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cflo/a/KD8B4pHJPGM84fZ8cgKSWnb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração no rio Yamundá** – Relatório de viagem. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, Ana Carolina da; BICALHO, Poliene Soares dos Santos; SILVA, Wisley Micael Soares. Dando Voz à Resistência: a Importância da Oralidade nos Meios Acadêmicos. In: **Revista UFG**, Goiânia. 2024, v.24, p. 01-29.

TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**. Belém, v. 11, n. 3, set.-dez. 2016, p. 633-651. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/h5ZctxMyGgPxrtZfnLYwSHy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Modelo para artigos



ZAHREDDINE, D; STARLING, B. P. Por um lugar ao sol: a política externa alemã de Otto Von Bismarck a Guilherme II. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/75200>. Acesso em: 25 jul. 2023.

TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**. Belém, v. 11, n. 3, set.-dez. 2016, p. 633-651. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/h5ZctxMyGgPxrtZfnLYwSHy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2024.